



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

Boa noite a todas as pessoas presentes!

Quero começar dizendo que não é fácil estar aqui hoje. Eu tenho uma tendência incontrolável a ficar emocionada demais quando escuto falarem de algumas pessoas companheiras do campo dos direitos humanos, sobretudo da luta antimanicomial. Quando sou eu quem preciso falar, então... Podem imaginar.

Quero agradecer a presença de todas as pessoas aqui presentes, em especial os familiares da Rosi: Liz, Lilian e Roberto. É uma alegria ver vocês aqui, na inauguração deste espaço e na reafirmação da importância da Rosimeire Silva para a Psicologia mineira.

Para quem chegou agora, vou contar que hoje tivemos ao longo do dia uma atividade ampliada organizada pela Comissão de Direitos Humanos em parceria com a Comissão de Orientação e Ética e com a Comissão de Orientação e Fiscalização. Foi um dia intenso em que nos propusemos a discutir os direitos humanos em uma perspectiva interseccional, em conformidade com a Campanha Nacional de Direitos Humanos lançada no final de 2023. Foi um dia de discussões, trocas de experiências e conhecimentos e sobretudo, muitas afetações. Por que estou dizendo isso? Porque o que aconteceu hoje aqui também tem relação com os diversos caminhos que a Rosi nos ajuda a construir.

Em maio deste ano completarão sete anos desde que Rosimeire Aparecida da Silva, a Rosi, encantou, faleceu, fez a passagem... como vocês se sentirem melhor para pensar. Mas não completarão sete anos que ela nos deixou. Rosi se faz presente em construções cotidianas de cuidado em liberdade e também se faz presente nas lutas árduas que travamos para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos sobretudo para aquelas pessoas que a colonialidade existe em tentar exterminar: as pessoas presas, as doidas, as que estão em situação de rua, as que usam drogas...

Vou contar para vocês de forma breve uma parte da trajetória profissional e militante de Rosi. É uma pequena parte e é pouco o que eu sei. Mas dará a vocês a dimensão dessa mulher.

Rosi nasceu em Pirapora/MG, em julho de 1964. Em 1992, já morando em Belo Horizonte, se formou em Psicologia pela FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura). Segundo Maria Tereza Granha, psicóloga, ex-conselheira e mais que isso, amiga da Rosi, desde os tempos da faculdade Rosi já era uma militante da luta antimanicomial.

Depois de formada, em 1993, Rosi deu início ao trabalho com políticas públicas por meio da atuação na Secretaria Municipal de Assistência Social, onde criou e coordenou o Programa de População de Rua. Aqui a gente já consegue localizar que o caminho da Rosi foi (*e é, porque o caminho dela, ao fazer **confluência** - para lembrar uma denominação/conceito de Nego Bispo - com o nosso, não deixa de ser*) marcado pela compreensão radical do que significa uma sociedade sem

manicômios. A defesa de uma perspectiva de direitos humanos que não é conciliatória e nem liberal. Ela é combativa, porque denuncia injustiças sociais e outras violências que desumanizam as pessoas. Em qualquer espaço: no manicômio propriamente dito, na rua, na prisão, na comunidade terapêutica, dentro de nós...

Em 1992 Rosi estava junto com outras(os) trabalhadoras(es), usuárias(es), militantes e parlamentares fazendo a construção coletiva da Lei Estadual 11.802, conhecida como Lei Carlão, que foi sancionada em janeiro de 1995, determinando a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos, que deveriam, a partir de então, ser progressivamente extintos.

Pouco tempo depois, por volta de 1995, Rosi saiu da política de Assistência Social e foi para a política de Saúde, com a qual ela já vinha dialogando, principalmente por meio do Fórum da População em Situação de Rua. Na Saúde, ela passou a compor a equipe da Coordenação de Saúde Mental de Belo Horizonte.

Em 1996 ela se tornou especialista em Saúde Mental pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP). Pensou sobre Loucura e Trabalho, com a orientação de Ana Marta Lobosque.

De 2003 a 2013 a Rosi compôs a equipe da Coordenação da Política de Saúde Mental da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, juntamente com Miriam Abou-Yd e Políbio Campos Souza. Nesse período eu a conheci. Não lembro ao certo quando, talvez por volta de 2009. Acredito que tenha sido em algum momento próximo à Marcha dos Usuários e Usuárias pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Eu era estudante de graduação e fui até a coordenação para pegar uma assinatura para algum processo burocrático de pesquisa. Fiquei muito tempo esperando, não sei dizer ao certo quanto. Mas fiquei o tempo inteiro muito admirada, quase encantada com a voz da coordenadora de saúde mental de Belo Horizonte, uma das maiores cidades do país. A voz de uma mulher forte, decidida, ousada.

Eu não vi a Rosi naquele dia. (Obviamente, alguém levou o papel lá, era só uma tarefa burocrática.) Mas essa sensação segue por aqui: a voz forte de uma mulher (é preciso dizer, negra), ressoando naquele espaço onde as pessoas trabalhavam para construir uma das políticas públicas mais bonitas, radicais e complexas que este país já inventou. Quem a conhecia sabe do que estou falando, aquela voz, aquela determinação. Naquele dia, estavam ali Rosi e (minha amada) Miriam Abou-Yd.

A voz da Rosi ficou ressoando naquele dia, mas o que ficou nesse caminho e é algo que eu aprendo todos os dias: é a certeza de que não era uma voz única e nem sozinha. Era uma voz que carregava junto um coletivo de militantes, de trabalhadoras(es), de usuárias(os)... Que seguem e se

alastram (pode não parecer, mas se alastram, tenho certeza). E é por meio desse movimento intenso, que não recua, que ela se faz presente.

Um tempo depois, no início de 2012 foi criada a Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, com o indicativo de que os estados criassem frentes estaduais. No mesmo ano foi instituída a Frente em Minas Gerais. O lançamento da Frente Mineira foi, inclusive, no antigo auditório do Conselho Regional de Psicologia. Foi o período durante o qual eu tive maior contato com Rosi e pude conhecer seu trabalho determinado de articulação entre a reforma psiquiátrica antimanicomial e o antiproibicionismo. Nossas reuniões eram semanais e marcadas pela sustentação de uma perspectiva que ainda era muito criticada, mesmo pelas(os) companheiras(os) do campo antimanicomial. A compreensão de Rosi sobre a relação entre antiproibicionismo, abolicionismo e a prática antimanicomial foi transformadora. As pessoas que seguem sustentando a Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos também seguem um caminho com a marca da Rosi.

Ela foi supervisora de Serviço Residencial Terapêutico. Trabalhou no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do TJMG, PAI-PJ. Por meio de pesquisa, articulação ou supervisão clínico-institucional, também trabalhou em outros municípios mineiros, como Brumadinho, Ribeirão das Neves, São Gonçalo do Rio Abaixo e Itaúna.

Atuou como professora convidada em cursos de pós-graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. E também como professora em cursos na área de saúde mental e atenção às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, como por exemplo, na ESP e na Especialização em Direitos Humanos e Cidadania do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania.

Certamente Rosi ocupou muitos espaços de controle social, dos quais destaco a participação como conselheira do Conselho Nacional de Saúde, onde foi coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde Mental. Lá, pelo que pude localizar em atas antigas, há mais de dez anos ela estava pautando: saúde indígena, manicômios judiciários, comunidades terapêuticas, racismo estrutural, determinantes sociais da saúde, interseccionalidade, genocídio da juventude negra, políticas sobre drogas, sistema prisional, socioeducativo... Fui lendo e pensando: É, Rosi... esse caminho é longo, deixa a gente com ódio. Mas é isso, a gente organiza o ódio e segue. Acho oportuno dizer que ela termina a dissertação de mestrado dela assim: “Ao trabalho! Mais uma vez e sempre”.

É esse o caminho e temos muito a agradecê-la pela ampliação dos nossos horizontes.

Em 2015 ela concluiu o mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção à Violência pela UFMG. Sob orientação de Cristiane Cunha e Fernanda Otoni, ela fez uma construção sobre a articulação entre a Reforma Psiquiátrica e a Redução de Danos. Como proposta, criou o Ateliê



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

*Inauguração do Auditório Rosimeire Aparecida da Silva*

*Belo Horizonte, 21 de março de 2024.*

Intervalo de Redução de Danos, espaço de reflexão, formação e capacitação de profissionais da rede pública de saúde, assistência social, educação, cultura e justiça, entre outros, para estimular mudança na abordagem aos usuários e seus tratamentos, por meio da introdução da lógica e princípios da redução de danos, das lutas antimanicomial e antiproibicionista.

Em 2017, quando faleceu, ela era integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP. E hoje, faz sentido também lembrar que 2013 a 2016 a Rosi Coordenou a Comissão de Direitos Humanos do CRP-MG, esta comissão que estou representando agora. É uma honra imensa poder estar aqui hoje, no ano em que Basaglia comemoraria 100 anos, no ano em que a Rede de Atenção Psicossocial de Belo Horizonte, o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental e familiares de MG fazem 30 anos, inauguraremos o auditório Rosimeire Aparecida da Silva. Estamos aqui, compondo a Comissão de Direitos Humanos depois de uma década da presença da Rosi. E isso precisa nos provocar, precisa dar o tom da luta (sabe aquele tom da voz?), dos enfrentamentos e das construções que devemos fazer. Precisamos estar à altura.

Relembrando algo que Miriam nos falou há pouco tempo, por meio da voz da Tereza: precisamos retirar o projeto antimanicomial do lugar comum. Não estamos falando apenas da abertura de serviços abertos, de base territorial e que se articulem em rede. Estamos falando do reconhecimento da humanidade do outro. Da eliminação das injustiças sociais e das opressões. Estamos falando de convivência radicalmente democrática. Este é um projeto revolucionário e isso não produz e nem vai produzir consenso e nem calmaria.

Essa é a sensação da voz da Rosi em mim: existe um projeto de sociedade a ser construído, existe um fim do mundo que precisamos adiar (*para lembrar das ideias do imenso Ailton Krenak*). E nós só conseguimos fazer isso com nossos corpos, com voz firme, decidida.

Por estar aqui falando dela, estou trazendo lembranças para vocês de situações que eu nem imagino, que vocês viveram com ela. Mas também estou trazendo a memória dela para que quem não teve a oportunidade de conhecê-la, saiba que o caminho que estamos seguindo também passou a existir a partir dos passos dela.

O XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais aprovou por unanimidade e com consciência, orgulho e responsabilidade a indicação do nome deste espaço. Que ele seja permanentemente ocupado por discussões quem honrem o nome que passa a carregar a partir de hoje: Rosimeire Silva presente!

*Isabella Cristina Barral Faria Lima*

*Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais*